

Caminhar entre listas: bibliotecas como espaços de instrumentação linguística¹

Walking through lists: libraries as linguistic instrumentation spaces

Phellipe Marcel da Silva Esteves

Universidade Federal Fluminense

Gustavo José Pinheiro

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Neste artigo, atravessados pela Análise do Discurso materialista e pela História das Ideias Linguísticas – com o propósito da construção colaborativa do projeto de pesquisa que temos chamado de História Discursiva dos Livros –, pretendemos refletir sobre as bibliotecas não apenas como instituições, mas como espaços em que potencialmente se dá instrumentação linguística, aproximando-as a artefatos como gramáticas, dicionários, livros didáticos de língua(s). Para isso, recorreremos a análises (a) do discurso enciclopédico sobre a categorização do conhecimento humano; (b) da Classificação Decimal de Dewey (CDD) como um dos principais métodos (obrigatórios, em certos casos) para a catalogação de livros, levando a uma codificação numérica na ficha catalográfica das publicações e a uma organização específica no espaço das bibliotecas; (c) do lugar físico e concreto de bibliotecas variadas, com registro fotográfico mas também da memória. Com isso, o estudo em tela se coloca como uma tentativa de contribuir para se pensar de modo mais amplo em formas de materialização de instrumentos linguísticos, na relação que estabelecem com a divisão do espaço institucional (urbano?) e, por que não, com o próprio corpo.

Palavras-chave: bibliotecas; instrumentos linguísticos; instituições; discurso

Abstract: In this article, crossed by materialistic Discourse Analysis and by History of Linguistic Ideas – intending to collaboratively build a research project known as Discursive History of Books –, we intend to reflect upon libraries not only as institutions but as spaces of potential linguistic instrumentation, bringing them closer to artefacts such as grammar books, dictionaries, language(s) textbooks. To do so, we analyse (a) the encyclopedic discourse over human knowledge categorization; (b) Dewey Decimal Classification as one of the main (sometimes mandatory) methods of book cataloguing, which leads to a numeric codification at the catalographic card of publishing objects and to a specific organization of libraries; (c) the concrete physical place of a variety of libraries, with photo registers and also remarks of memory. Thus, this investigation organizes itself as an attempt to contribute to think beyond the types of materializing linguistic instruments, in the relation established with the division of institutional (urban?) space and, why not, with body itself.

Keywords: libraries; linguistic instruments; institutions; discourse

Submetido em 28 de julho de 2023.

Aprovado em 04 de setembro de 2023.

¹ Agradecemos ao amigo José Edicarlo de Aquino pela leitura generosa, apaixonada, ácida e enriquecedora deste artigo. Sem o diálogo que nutrimos ao longo dos anos, este texto não existiria.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais. (SANTOS, 2014 [1977], p. 34)
 O erro de catalogação se traduzia, de fato, numa arrumação errônea do rolo numa estante onde não tinha seu lugar. (JACOB, 2009 [2000], p. 59)

Introdução

Trafegando de um lugar a outro, os sujeitos se dividem, se reproduzem, se transformam no espaço. Sendo as línguas as bases materiais dos processos discursivos, elas também se desenrolam no espaço: de modo especializado, recortado, repleto de injunções e determinantes. Embora não seja uma constante em Análise do Discurso e em História das Ideias Linguísticas – a não ser numa leitura por vezes fenomenológica das condições sócio-históricas de produção –, reconhecemos neste artigo a necessidade de discutir as bibliotecas como componente do espaço urbano, uma vez que, segundo Santos (2014), esses lugares são partícipes da divisão de trabalho – nacional e internacional. Mais do que parte do espaço urbano, as pensamos propriamente como um dos espaços da cidade, na forma de uma instituição que, em sua prática discursiva, contribui para a divisão, sobretudo internacional, do trabalho. Como os exemplos citados pelo eminente geógrafo – casa e local de trabalho –, as bibliotecas também cumprem e operam uma função na formação social capitalista e no asseguramento de seu modo de produção. Nosso ponto de discordância do autor é quando ele qualifica tais “pontos” como “elementos passivos” das atividades do homem. Ora, se, em suas palavras, eles “comandam a prática social”, nada têm de passivos: são materialidades que, como outras, registram em seus cantos, suas bordas, suas retas, suas curvas, seus buracos, suas elevações – em tudo que compõe forma-substância de tais “pontos” – modos de fazer, formas de ser, ordens, instruções e pedidos². Se há, e há, atos de fala do ponto de vista pragmático e sociointeracional (BRONCKART, 2008) – em diversas perspectivas que

² Sobre essa questão, problematizamos essa ideia de “passividade”, a qual negamos, e pensamos se tratar mais de sutileza, de funcionamento velado. Nos aproximamos de Orlandi (2002, p. 95) ao defender que há “processos institucionais menos evidentes” ao tratar de política linguística. Com isso, nos aproximamos do entendimento de uma prática, seja ela linguística ou não, que existe, mas é menos evidente, e que nada tem de passiva. Como defendemos, se comandam a prática social, então é atividade.

consideram os gestos languageiros desde substitutos dos atos não linguísticos até aquelas que fundem as práticas –, não deixa de haver também atos nos objetos, pontos e lugares e espaços, uma vez que neles se inscrevem discursos que se efetivam dos e nos sujeitos. E é justamente a partir da característica das bibliotecas enquanto instituições plenas de discurso que prosseguimos, sem necessidade de dar respostas, mas formulando caminhos para pensá-las como espaços de instrumentação linguística.

Saberes nas instituições

Já faz 33 anos, Sylvain Auroux nos deixou questões que, embora contemporâneas, já carecem de necessidade de alguma atualização:

A verdadeira questão – hoje – não se resume à oposição abstrata entre literatura e ciência, mas a algo como: “de que modo as instituições estéticas se constituíram para que pudessem cumprir funções diferentes das que ocupam as instituições científicas?”, ou ainda “**como a atividade intelectual dos homens pôde se dividir entre a biblioteca do letrado e o laboratório do cientista/sábio?**”. (AUROUX, 1990, p. 110; tradução e negrito nossos)³

Da perspectiva de que falamos, do projeto História Discursiva dos Livros – que trabalha no encontro da Análise do Discurso materialista, da História das Ideias Linguísticas e da História do Livro, entre outras áreas afins, como, no caso deste trabalho, a Biblioteconomia –, nessas duas questões, que implicam uma separação na produção de conhecimento no que diz respeito às instituições em que as posições-sujeito intelectuais (a saber: cientistas x letrados/literários/literatos) atuam, há algo mais do que tão somente o institucional, embora o institucional também importe, uma vez que

Afirmar que as instituições funcionam como os fios de uma marionete ou o esqueleto de um corpo – suas tramas dão sustentação à vida – interessa-nos especialmente por contestar uma lógica de equivalências entre instituição/exterior-subjetividade/interior. (DEUSDARÁ & ROCHA, 2021, p. 178)

Ou seja, a conceituação de instituição como algo assemelhado – e integrado – ao corpo (humano) evita que a interpretemos como da ordem do tão somente exterior. As instituições, de língua, atuam... também na língua.

³ No original: La vraie question - aujourd'hui - ce n'est pas l'opposition abstraite entre littérature et science, mais quelque chose comme : « comment les institutions esthétiques sont-elles ainsi constituées qu'elles puissent accomplir des fonctions différentes de celles que remplissent les institutions scientifiques ? », ou encore « comment l'activité intellectuelle des hommes a-t-elle pu se répartir entre la bibliothèque du lettré et le laboratoire du savant ? ». (AUROUX, 1990, p. 110)

Todo o processo de constituição de conhecimento das duas posições acima (cientistas x letrados) passaria, portanto, por uma preocupação provinda da memória discursiva:⁴ satisfazer às categorias, ao maquinário, às práticas, às contradições, às reproduções-transformações, à boca-pequena e à boca-grande que caracterizam historicamente, por um lado, o laboratório do cientista (das ditas ciências naturais e da vida) e, por outro, a biblioteca do letrado (das ciências e disciplinas que trabalham com arquivos, com leituras autorais etc.). Diferentes lugares de práticas de trabalho de produção de conhecimento. Trata-se de uma divisão que, para Auroux, encena um diferente jogo de funções entre as “instituições estéticas” e as “instituições científicas”. Tais questões colocadas pelo filósofo da linguagem fazem ressoar, quase de imediato, o texto “Ler o arquivo hoje”, de Michel Pêcheux. Destacamos a seguinte passagem, em que o analista do discurso deixa também outras questões ácidas às já referidas posições-sujeito:

(...) aos “literatos”: vocês acreditam poder ficar assim à distância da adversidade que ameaça historicamente a memória e o pensamento? (...) aos “cientistas”: vocês, a quem chamam de fabricantes-utilizadores de instrumentos, vocês acreditam poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para que vocês servem e quem os utiliza? (PÊCHEUX, 1994 [1982], p. 56)

Trata-se não apenas de uma questão de militância – fazer intervir o ideológico no científico e na produção de conhecimento de modo geral –, mas propriamente de fazer epistemologia sem abrir mão do político (e) das línguas – justamente porque o ideológico já intervém no, e diríamos que sobrevém ao, político. Para ajudarmos a responder a essas questões, propomo-nos a tratar de um dos polos da divisão: os literatos/letrados. E, nesse polo, a ancoragem institucional de que fala Auroux: as bibliotecas. E, nas bibliotecas, uma possível constituição material sua enquanto instrumento linguístico *ou* espaço de instrumentação linguística. Trata-se de uma proposta exploratória: a de pensar uma instituição como instrument(açã)o.

Deixemo-nos iluminar, antes de qualquer coisa, pela distinção que os autores a seguir fazem entre o uso da mão como instrumento, o uso de um instrumento feito pela mão e as consequências de tal mediação:

Utilizar sua mão como um instrumento não é a mesma coisa que manipular um instrumento fabricado pela mão: um instrumento “prolonga a mão”, mas em outro registro que não esse (não um registro biofisiológico, mas tecnocultural e sócio-

⁴ Esse complexo de ancoragem pretérita e potencialidade futura do dizer científico e letrado.

histórico). § O instrumento está “à disposição” do corpo: ele *não é* o corpo, ele não é, sobretudo, o *meu* corpo. (...) ele é uma *mediação* à disposição de todo corpo estruturado como o meu, entre o mundo “tal como ele é” e o corpo “qualquer”. (...) elas não deixam de ser as *próteses* da expertise humana que *transformam* esta última *ao menos enquanto elas a refletem.*” (COLOMBAT, FOURNIER, PUECH, 2017 [2010], p. 58-59; 60-61)

Não é possível tratarmos, então, de outro modo. É necessário abordar como nossos corpos se relacionam com os instrumentos, uma vez que, como propõem os autores, uma coisa é se valer do próprio corpo como instrumento, outra coisa é manipular um instrumento que está disponível ao corpo. Por isso, no título deste artigo, recorreremos ao verbo “caminhar”, refletindo sobre como um espaço onde se pisa pode entrar em relação com os corpos de forma a instrumentar um saber linguístico. Enquanto guiamos nossos passos por portas, estantes, prateleiras, etiquetas e fichas com palavras que peneiram e afunilam nossa busca por conhecimento, esses significantes que se presentificam *prolongam* nossos saberes sobre a língua? Para a discussão aqui ensejada, iniciaremos nossas análises com o gesto de entrada numa biblioteca: um objeto apreensível pelo corpo e/ou um espaço preenchido pelo corpo?

Bibliotecas

Gostaríamos de propor inicialmente uma reflexão sobre as categorias de objeto (técnico), instituição, espaço, aparelho (ideológico) e instrumento, sempre tendo em vista a metáfora da máquina. Se as instituições representam, no sentido althusseriano, os aparelhos ideológicos de Estado em nível empírico, podemos pensar que cabe a elas mobilizar as ideias práticas e as práticas de ideias. Assim, elas não se distanciam muito do que consideramos ser um instrumento no sentido de que elas prolongam a inteligência e as ideias, de modo a se retroalimentarem das demais práticas: uma instituição produz sentidos sobre as práticas humanas prescindindo da presença dos corpos humanos em interação, e as práticas humanas alteram as instituições com a presença de seus corpos.

O que distancia, então, uma instituição de um instrumento? Parece-nos que a resposta não pode ser outra que não a própria relação com o corpo humano. À medida que um instrumento se põe objeto acessível aos sentidos e às pseudopercepções – algo como um martelo, uma furadeira, um dicionário, uma gramática, um automóvel, uma cadeira de rodas, um carrinho de bebê –; uma instituição se apresenta como um espaço que não se move ante a manipulação de um órgão do corpo ou do esforço sinérgico,

embora permita o acesso de corpos. Mesmo assim, as instituições guardam efeitos de instrumentação e de trabalho tecnológico, o que pretendemos mostrar neste artigo.

Como nosso panorama se inclina sobre a instrumentação linguística contemporânea, estamos propondo que bibliotecas se inscrevem nesse modelo de instituições que alargam a inteligência produzindo, com a própria língua (materializada em portas, estantes, prateleiras, etiquetas e fichas), efeitos nas evidências sobre as línguas e suas práticas. Tomemos uma evidência: que em determinados espaços é necessário silenciar. Um deles é a biblioteca, porque parece – apenas parece – óbvio que a leitura individual deva ser silenciosa. Entretanto, essa evidência muito contemporânea, e que é extensão da inteligência, culmina apenas com a universalização da alfabetização, uma vez que “A exigência de silêncio nas bibliotecas teria sido impossível e até inimaginável” (BURKE, 2003 [2000], p. 56) na Idade Moderna, auge da multiplicação dessas instituições. Assim, são diversas as formas pelas quais as bibliotecas,⁵ hoje, produzem essa evidência sobre a língua, que se torna uma prática linguística. Vejamos:



Figura 1: SD1 – Placa em biblioteca municipal da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: autoria própria.

Na Figura 1, nossa sequência discursiva 1, vemos uma placa de porta que ressoa discursivamente o tipo de placa utilizado em portas de hotel, que materializa os mesmos

⁵ Vale apontarmos que essa evidência do silêncio não aparecerá de modo universal em bibliotecas (assim como em escolas e hospitais), mas é universalizada: é sentido dominante, imaginário construído sobre o espaço. Quando lidamos com bibliotecas menores, como municipais ou de bairros, o silêncio nem sempre será mantido, ou seja, são outros sentidos em circulação sobre e nas bibliotecas, como (n)as salas infantis e salas de leitura de escolas. Ainda assim, há um “modo de fazer” em circulação nesses espaços: cabe aos sujeitos profissionais de bibliotecas solicitar o silêncio ou autorizar a fala.

significantes no imperativo: “Não perturbe”. Entretanto, no caso dessa placa, a perturbação não é do tipo que poderia interromper o sono, o descanso, uma refeição, uma relação sexual..., mas uma que interrompe a leitura. A placa, distribuída por uma editora (Valentina) a diversas bibliotecas públicas, adiciona ao imperativo uma oração em primeira pessoa: “Estou lendo”. Tal acréscimo torna as duas orações coordenadas e produz uma correlação causal: “Não perturbe porque estou lendo”. A placa, pendurada nas portas de salas de leitura, produz o efeito de simular a voz do leitor. Ele não fala: fala-se por ele. E a leitura passa a ser compreendida como a única atividade a ser realizada em bibliotecas. Essa prática “boba” da plaquinha só faz reproduzir um certo imaginário sobre a biblioteca: além de ser vista como espaço de (guardar) livro, também fica como espaço (só) de leitura. Um espaço que produz evidências sobre o uso linguístico dos corpos. Perguntamo-nos, sob o risco de não podermos responder: que modalidade de censura (ORLANDI, 2007 [1992]) vemos aqui? Mesmo sem elementos para elaborar uma resposta, jaz como primeira variável neste trabalho uma evidência linguística nesses espaços em que o corpo do sujeito consulente entra: não se pode falar. Deve-se sentar ou caminhar em silêncio, obedecendo a uma ordem de leitura própria. Há, nesse espaço da biblioteca, portanto, um modo de circular que determina a produção de sentidos nele.

Ao sujeito consulente cabe, em certos casos, solicitar ajuda ao sujeito profissional de biblioteca – e aqui escolhemos dar visibilidade à escassez de bibliotecários nas pequenas bibliotecas brasileiras –, em busca de “títulos”, “autores” ou “assuntos”. Esses são os três índices que se imprimem por todo lugar nas mais diversas bibliotecas: dos arquivos com fichas de busca aos acervos digitalizados às bocas dos sujeitos profissionais de biblioteca. Em outros casos, o sujeito consulente tem autonomia para andar pelos corredores, deparando-se com estantes eventualmente com adesivos colados, indicando temáticas gerais, e quase sempre com lombadas de livros dotadas de códigos de localização. Não raro, há uma espécie de mapa ou legenda nas estantes, indicando que os códigos tais levam às temáticas quais. Observem-se como exemplos as Figuras 2 e 3:



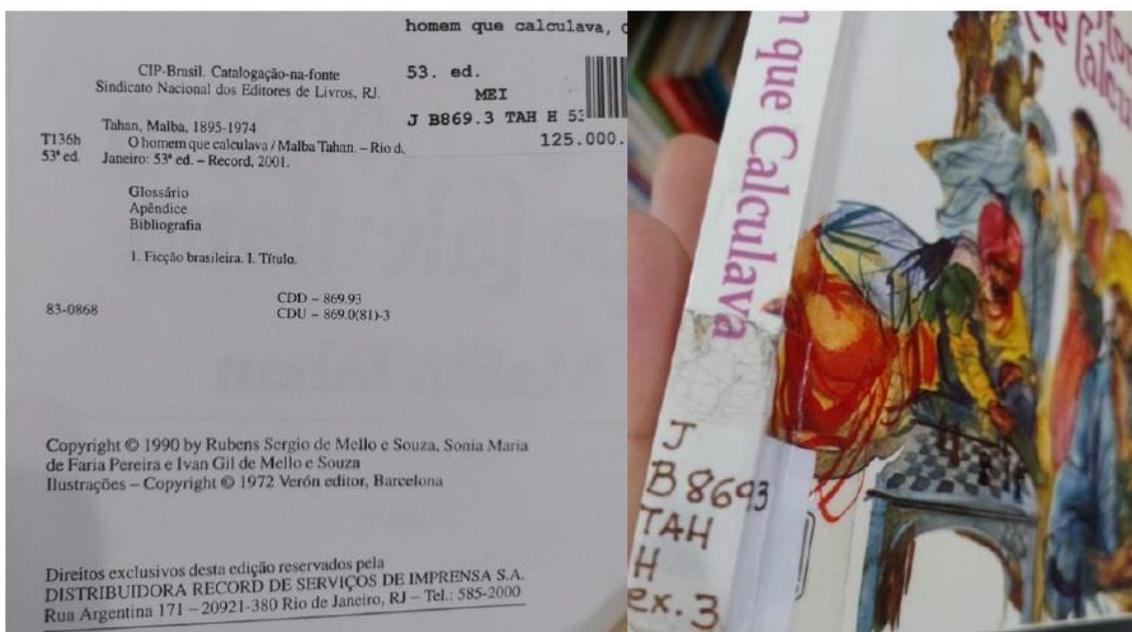
Figura 2: SD2 –Estante de biblioteca municipal com adesivo temático: “REFERÊNCIA INFANTIL”.
Fonte: autoria própria.



Figura 3: SD3 –Lombadas de livros em biblioteca municipal. Fonte: autoria própria.

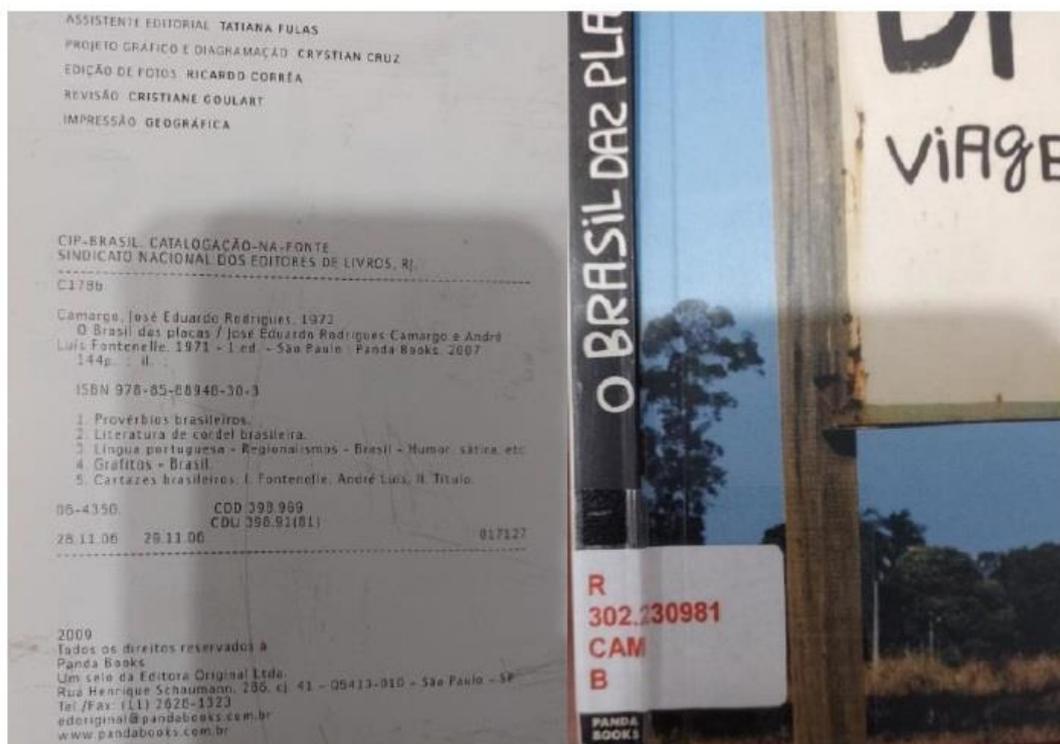
De imediato, superficialmente, podemos notar nas lombadas desses livros da SD3 uma falta de transparência, uma ilegibilidade para o sujeito consulente – para não iniciados e até mesmo para muitos iniciados. Há um efeito de perder-se no mar de letras e algarismos, de combinação aparentemente aleatória de elementos de escrita, que não constituem exatamente uma escrita em língua alguma. Por outro lado, na SD2, com o auxílio dos adesivos, já é possível traçar um mapa de caminhada. É nesse sentido que os significantes presentes nos elementos espaciais das bibliotecas (portas, estantes, prateleiras, etiquetas e fichas) vão prolongando o saber. Ao se enveredar por uma prateleira X, entra-se num campo semântico de X. Ainda que “Referência” signifique diferentemente nas mais diversas formações discursivas, sem muito apelo ao senso comum, é um significante recorrente em bibliotecas, englobando manuais, guias de viagem, dicionários, enciclopédias, obras cartográficas, gramáticas etc. Quando se lê “Referência infantil” na prateleira e se olha para os títulos acima e abaixo dela – com títulos como *Minhas primeiras descobertas* e *Grande enciclopédia*, entre outros –,

produzem-se dois efeitos discursivos que contrariam os manuais de semântica: (1) os saberes em enciclopédias e em livros de primeiras descobertas são ideias específicas dentro do conjunto geral de ideias de referência (portanto, Referência infantil seria um hiperônimo desses saberes) e/ou (2) os livros do tipo enciclopédia e primeiras descobertas fariam *parte* do grande livro, ou mesmo da biblioteca, de Referência infantil (portanto, Referência infantil seria um holônimo dos demais livros).⁶ Mais um elemento linguístico das bibliotecas, e que nos leva ao próximo: a organização dos livros segundo uma ordem. Vamos às Figuras 4 a 9.

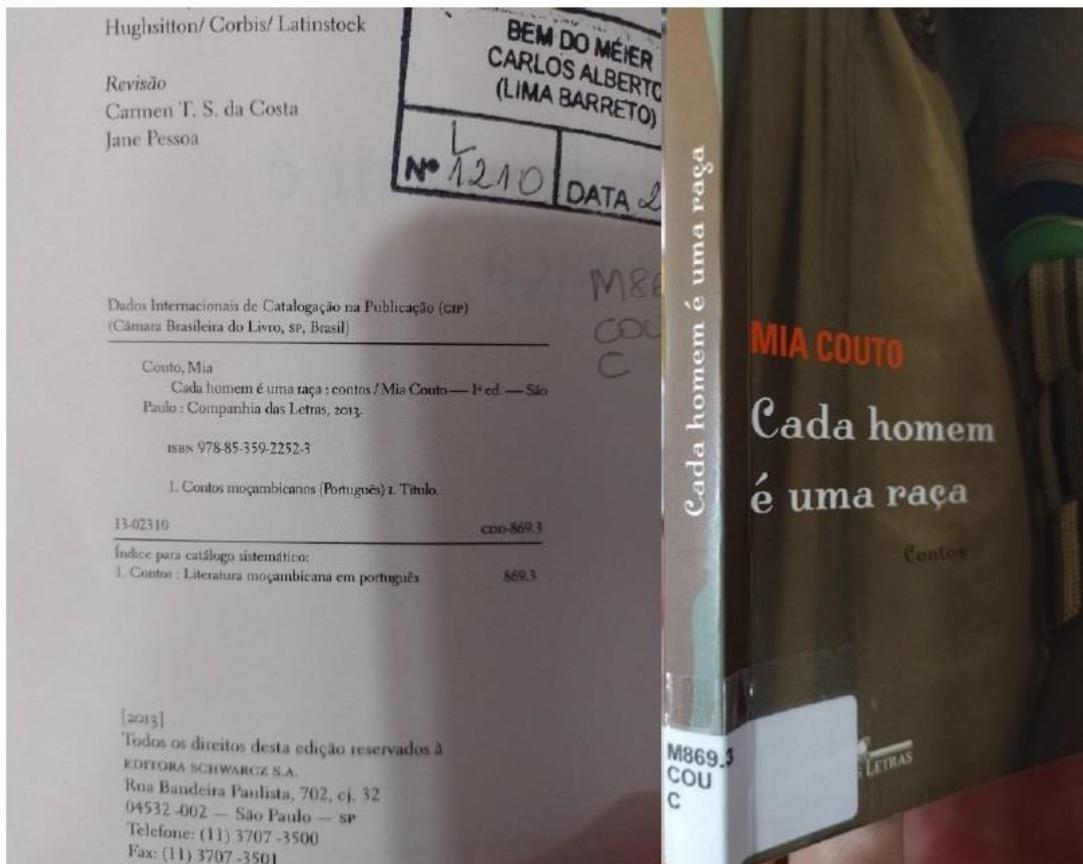


Figuras 6 e 7: SD5 – Ficha catalográfica e etiqueta de localização do livro O Brasil das placas numa biblioteca municipal da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: autoria própria.

⁶ Em outras teorias linguísticas, poder-se-ia falar de encapsulamento semântico (LOPES, 2011), uma categoria interessante do ponto de vista discursivo. Entretanto, não estamos buscando uma tipologia aqui, mas nos dedicando a mostrar a diversidade de relações semânticas possíveis numa biblioteca.



Figuras 4 e 5: SD4 – Ficha catalográfica e etiqueta de localização do livro O homem que calculava numa biblioteca municipal da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: autoria própria.



Figuras 8 e 9: SD6 – Ficha catalográfica e etiqueta de localização do livro Cada homem é uma raça numa biblioteca municipal da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: autoria própria.

Nas bibliotecas que trabalham com esse tipo de codificação nas etiquetas, há diversas formas de organização. Em coleções particulares (as “bibliotecas pessoais”), existem classificações que vão de cor de capa de livro a ano de publicação a editora publicadora, passando também por prenome, sobrenome e nacionalidade de autor. Na maioria das bibliotecas públicas mundo afora, essa não é a “ordem”. Se nas estantes e prateleiras há etiquetas temáticas, que levam a hiperônimos e holônimos, dentro delas há um vasto território que sujeito profissional de biblioteca ou sujeito consulente precisam desbravar, e que remonta a métodos de classificação cuja autoria não é – e também é, paradoxalmente – de quem organiza a biblioteca no dia a dia. Ou seja: os códigos são preexistentes. Observemos as Figuras 4, 6 e 8, das SDs 4, 5 e 6. Nelas, há pelo menos um código numérico antecedido pela sigla CDD (Figuras 4, 6 e 8), mas também pelo CDU (Figuras 4 e 6). Esse código, se bem observado, pode se sobrepor ao da etiqueta do livro. Nesse sentido, SD4 e SD6 “respeitam” e “obedecem”, total ou parcialmente, a CDD em sua localização na biblioteca. A CDD da SD4 é 869.93, e sua etiqueta é J B869.3 TAH H ex. 3. Obediência parcial. Apenas para tentar tornar essas relações numéricas um pouco menos opacas, na Classificação Decimal de Dewey (CDD), de que falamos à frente, o número 869 corresponde a **Literatura portuguesa**. Já B869, a **Literatura brasileira** (ou seja: de um código numérico, deriva-se um alfanumérico que lhe dá uma especificidade), e B869.93 significaria **Romance (Literatura brasileira – Romance) / Crônica, conto, novela, cartas**. Por outro lado, 869.3, sem letra que anteceda os números, quer dizer **Romance**, dentro ainda de **Literatura portuguesa**. Já a CDD da SD6 é 869.3, e a etiqueta do livro é M869.3 COU C. Obediência “total”, visto que a sequência numérica se manteve igual, ainda que na catalogação a biblioteca transforme um código meramente numérico em um alfanumérico e, com isso, lhe registre a especificidade da nacionalidade moçambicana (atestada pela letra B). Entretanto, a CDD da SD5 é 398.969 (398 leva a **Folclore / Adivinhações / Lendas**), e a etiqueta leva a outro lugar (do conhecimento): R 302.230981 CAM B (302 correspondendo a **Interação social**). Não coincidências há. Descompasso entre etiqueta e ficha. Um pé numa estante, outro noutra.

CDD, como dissemos, significa Classificação Decimal de Dewey, e CDU é Classificação Decimal Universal. Trataremos delas nas seções a seguir, mas cabe informar que, em suas fichas catalográficas (que devem obrigatoriamente ser feitas por

bibliotecários, embora haja um descompasso entre a legislação e a prática), os livros precisam ser classificados. Nas bibliotecas também, e se valendo do mesmo tipo de código. Entretanto, quando o livro chega à instituição, ele precisa ser acomodado no sistema de conhecimentos local. Apenas para dar um exemplo: em geral, livros infantis são classificados, em suas fichas catalográficas, com apenas um código. Em bibliotecas infantis, em que a maioria dos títulos é justamente desse tipo de livro, como dar especificidade a uma obra, se todas têm o mesmo código? É por isso que o sujeito profissional de bibliotecas reclassifica a obra, segundo relatos que recebemos de bibliotecas variadas. Andar nas bibliotecas, portanto, é um gesto acompanhado de um trabalho intenso de confecção de uma árvore do conhecimento. É dar passos de uma palavra a outra, de um substantivo que representa um mundo a adjetivos que transformam esse mundo, numa pretensão de autoevidência: os códigos numéricos das fichas catalográficas levam a códigos alfanuméricos nas etiquetas, que levam a palavras... palavras que contam com o fato de seus sentidos serem autoevidentes. Observemos essa confecção nas próximas seções.

Das listas de palavras nos papéis às palavras “soltas” em portas e placas

Pensar as bibliotecas, assim como os arquivos, como discursos não é exatamente uma novidade. Desde Pêcheux (1994 [1982]) já se pode vislumbrar essa interpretação. E apenas para dar uma referência mais recente, podemos falar de Costa (2021), para quem, sendo as bibliotecas instituições de memória,

(...) produzem discursos através de procedimentos de controle e delimitação dos registros. Trata-se dos chamados “serviços técnicos” ou “procedimentos internos” que, por meio de sucessivas operações de classificação, arranjo, descrição, catalogação, indexação, distribuição e muitas outras, selecionam o material digno de ser guardado. (COSTA, 2021, p. 190)

Assentimos tais palavras, sobretudo por aceitarmos que é justamente sob a rubrica de “serviços técnicos” que a naturalização dos sentidos se dá de modo a mais apagar os processos autorais e ideológicos. Prescindindo então de teorizar nesse direção, tentamos questionar uma certa evidência de sentido que, ao tratar as bibliotecas como instituições – e o são, mas tal rótulo homogeneíza seu funcionamento –, apaga-se um possível funcionamento seu: o de instrumentos linguísticos... e instrumentos linguísticos que vão

conformando o que são as chamadas “atividades intelectuais letradas”, nas palavras de Auroux, ou as posições típicas da “cultura literária”, nas palavras de Pêcheux.

Permitamo-nos um breve desvio apenas para situar o lugar do livro na classificação, avaliação e divulgação geral do conhecimento humano. A publicação por meio de artigos científicos em periódicos é algo relativamente novo, e contemporâneo, nessa posição-sujeito letrada, que subsume os discursos produzidos pelas ciências ditas humanas, sociais, das línguas e literaturas, das artes. Os primeiros periódicos a publicar ensaios científicos são o francês *Journal des Savants* e o inglês *Philosophical Transactions*, ambos de 1665. Ambos recebem produções das ciências naturais e da vida. Assim, o objeto livro é que é destinado, embora não exclusivamente, prioritariamente à posição-sujeito letrada. O objeto de materialização da produção de conhecimento. E também o objeto em que a pesquisa é feita, numa retroalimentação. Publica-se o livro, que é catalogado de antemão pela posição-sujeito bibliotecário e, *a posteriori*, pelas bibliotecas. Recorre-se ao livro, já catalogado nas bibliotecas, para se fazer a pesquisa.

Nesse circuito, é necessário catalogar para as bibliotecas. Não para o mundo. E catalogar é inserir num sistema de classificações. Como vimos na seção anterior, nessas instituições, é importante encontrar itens de identificação de objeto numa lista de nomes. Sabidamente, os sistemas de classificação utilizados para tal, em todo o mundo, são a Classificação Decimal Dewey e a Classificação Decimal Universal, decorrente dela. Listas. E é daí que partimos para dizer que, em bibliotecas, caminhamos por listas de palavras.

As listas de palavras são dos primeiros instrumentos linguísticos a surgirem no espaço discursivo das línguas escritas:

A lexicografia – ela corresponde a **um texto disposto segundo uma certa ordem dada às palavras** – se constituiu inicialmente segundo os seguintes eixos: § a. **Listas temáticas de vocabulário** (que passam de língua a língua; cf. Sidarus, 1990 sobre listas egípcias), que podem ser reduzidas a uma profissão (medicina) ou a um setor só da realidade (as plantas, as armas etc.). Esses tipos de listas constituem sem dúvida os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. **Elas podem existir antes da escrita e, se não têm originariamente uma vocação linguística, adquirem-na facilmente.** (...) b. Em uma língua dada, listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos, de sinônimos, dicionários de rimas, léxico de um autor etc. (...) c. Glossários independentes alfabéticos mono-, bi- ou n- língues. (AUROUX, 1992, p. 71; negritos nossos)

Quando um texto sugere uma certa ordem dada a palavras de um determinado campo, ele está não apenas fazendo um ordenamento linguístico, mas um ordenamento da ordem das coisas e dos conhecimentos. Auroux (2008) mostra também como a adoção

por ordem alfabética em dicionários e, posteriormente, enciclopédias, é uma tentativa de arrazoar arbitrariamente essa organização.

Rompendo a ordem unilinear do tratado para estabelecer a ordem multidimensional do dicionário alfabético, Diderot escapa da tarefa fastidiosa de enumerar, sem omissões, os lugares do saber, e sobretudo do fechamento ilusório que dá a Kant a dedução transcendental das categorias. O sistema de remissões, em sintonia com a hipótese de uma continuidade na ordem do saber, assegura que o que a enciclopédia reúne será ao mesmo tempo suficiente e não supérfluo. (AUROUX, 2018 [1990], p. 202; tradução nossa)

Ilusoriamente. Entretanto, listas podem se inscrever em funcionamentos específicos, que, segundo o modo de produção, a historicidade, não podem adotar a arbitrariedade. É o caso, contemporaneamente, de uma lista de compras de supermercado. Mas também de uma lista de itens entregues a uma obra de construção civil e enumerados pelo apontador. De vacinas entregues pelas Forças Armadas ao Sistema Único de Saúde. A ordem alfabética não funciona aí. E também parece não funcionar nas bibliotecas, ao menos não prioritariamente, embora opere em seus correlatos de unicidade e universalidade do conhecimento, as enciclopédias. Ressaltemos o que D’Alembert, na *Encyclopédie*, chama de vocabulários e glossários:

1º) *Vocabulário* e *glossário* quase não se aplicam a não ser aos puros *dicionários* de palavras, ao passo que *dicionário* em geral compreende não somente os dicionários de línguas como também os dicionários históricos, e os de ciências e artes; 2º) num *vocabulário*, as palavras não podem deixar de ser distribuídas por ordem alfabética, e podem mesmo não ser explicadas. Por exemplo, **se se quisesse fazer uma obra que contivesse todos os termos de uma ciência ou arte, relacionados a diferentes títulos gerais, numa ordem diferente da alfabética, para mostrar somente a enumeração desses termos sem explicá-los, ela seria um vocabulário.** Também seria um *vocabulário*, propriamente falando, se estivesse em ordem alfabética e trouxesse a explicação dos termos, desde que curta, quase sempre uma única palavra, não razoada; 3º) quanto à palavra *glossário*, não se aplica senão a *dicionários* de palavras pouco conhecidas, bárbaras ou obsoletas. (D’ALEMBERT, 2015 [1754], p. 131; negrito nosso)

Negritamos a sequência em que D’Alembert aborda a hipótese de se querer produzir todos os termos de uma ciência ou arte. Ora, não é isso que fazem as etiquetas nas prateleiras das bibliotecas? Não é isso que fazem os códigos, se vertidos para a Classificação Decimal de Dewey, de que trataremos à frente? E fora de ordem alfabética. Assim, podemos, num primeiro gesto, enquadrar as bibliotecas enquanto vocabulários, mas sem definições *per se*: as definições são os livros, que compõem o exemplário (como hipônimo ou merônimo) dos termos mais amplos ou genéricos. A cada passo numa biblioteca, aproxima-se ou afasta-se de um novo termo desse vocabulário sem definições,

dessa lista de todos os termos do conhecimento. A diferença é que, numa folha de papel, as palavras são tateadas com os dedos. Numa biblioteca, com os pés. Como temos defendido, um valor distintivo de um espaço em relação a um objeto ou artefato, se é que há.

A forma de essa lista se configurar já ganhou diversos contornos ao longo da história, muitas vezes prefigurando entidades como árvores do conhecimento taxonômicas. Nas bibliotecas, tem vigorado, desde o final do século XIX, e cada vez mais, a Classificação Decimal Dewey. Algumas palavras sobre isso. Melvil Dewey foi um bibliotecário estadunidense que viveu entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Ele desenvolveu em 1876 um sistema de classificação que hoje é um dos meios de catalogação de livros, o CDD (Classificação Decimal de Dewey), um código que é incluído hoje na catalogação de cada livro do mundo: uma forma também de imperialismo de saber em nome de um efeito técnico, um efeito de praticidade no encontrar livros numa biblioteca. Esse sistema já foi modificado, revisado e ampliado, com alterações que remontam até a última década. Entretanto, a base continua a mesma: uma classificação baseada em dez ordens distintas. Não há arbitrariedade alguma nisso. O conhecimento precisa caber na palma das duas mãos. É o próprio funcionamento dos números naturais, do sistema decimal.

Mas tal prática referente à catalogação e à separação do conhecimento não é uma atividade relativamente recente. É o que nos mostra Christian Jacob ao apontar que tal prática já acontecia na Antiguidade. Ao tratar da questão quantitativa dos rolos, o autor nos informa que

O poeta Calímaco, ligado à biblioteca sem ser dela o responsável efetivo, empreendeu a tarefa de **recensear-lhe** as riquezas. Suas *Tábuas dos autores que se ilustraram em todos os aspectos da cultura e de seus escritos*, em 120 rolos, se prendem a um duplo projeto. (JACOB, 2008 [2000], p. 57; itálico do autor).

Ou seja, tal prática já era pensada e atribuída a sujeitos que ainda não eram denominados bibliotecários, mas por terem experiência com as informações e os materiais da biblioteca, sabiam minimamente como lidar com elas. Esse dado histórico corrobora nossa designação de sujeito profissional de biblioteca. Continua o autor:

“Elas [as *Tábuas*] estão evidentemente em relação com as coleções da biblioteca, mesmo que esta não seja explicitamente mencionada no título. Embora não se trate, sem dúvida, de um catálogo no sentido estrito, essas *Tábuas* têm uma função de guia bibliográfico apto a orientar pesquisas dos hóspedes do Museu. Seu objeto é tanto o

conteúdo quanto a estrutura da biblioteca. Com efeito, essas *Tábuas* são recortadas em grandes rubricas - a epopéia, a retórica, os filósofos, os historiadores, os médicos, a poesia e seus diferentes gêneros etc., que refletem talvez a repartição dos livros em diferentes *armaria*, ao longo do *perípatos* do Museu. Existia até mesmo uma seção para as obras diversas, na qual Calímaco havia particularmente recenseado quatro autores de manuais de confeitaria. No interior de cada rubrica, os autores são enumerados por ordem alfabética, com algumas informações bibliográficas e a lista das obras atribuídas. Deste modo, se passaria de um princípio de classificação topográfica para um princípio convencional de catalogação. (...). Pode-se supor que os rolos da biblioteca tinham pequenas etiquetas, como alguns dos papiros literários encontrados no Egito, coladas no dorso do rolo e sobressaindo da prateleira para permitir a identificação do autor (nome no genitivo) e do título do livro. (idem, p. 57-58; itálicos do autor)

Vale apontar que aqui entra em funcionamento, e Jacob traz em seu texto, a memória. A escrita como uma ferramenta de eternização do conhecimento, pensemos, possibilita e possibilitou inúmeras realizações na história da humanidade. Tamanha importância já encontramos em Auroux (1992) com a defesa da primeira revolução tecnológica, permitindo o nascimento das ciências da linguagem. Não é possível desconsiderar/esquecer que há saberes que são transmitidos nas sociedades ágrafas entre as gerações, mas que circulam diferentemente de como ocorreria com o suporte, a discursividade própria, da escrita.

A tradição metalinguística de produção de listas temáticas se inscreve num funcionamento de, “espontaneamente”, fazer paráfrases com ligeiros deslocamentos e de encontrar, como temos visto, hiperônimos, hipônimos, holônimos e merônimos. É como funciona a Classificação Decimal de Dewey. Trata-se, entretanto, de representações espontâneas e não abrangentes. Centradas:

As representações “espontâneas” resultam de práticas sócio-históricas que não são, do ponto de vista cognitivo, verdadeiramente especificadas (que não permitem uma prática específica de *conhecimento* das línguas). Argumentar, persuadir, convencer, rezar, exorcizar, contar, dialogar, traduzir... são práticas que acompanham as representações. Elas os comentam, os justificam, dão conta em seus registros de sua eficácia, mas continuam a aderir a seus interesses mais ou menos imediatos. (COLOMBAT, FOURNIER, PUECH, p. 70-71)

Vejamos duas versões da CDD, sem atentar às datas, porque não nos importam neste momento:

000 Generalidades	000 Ciência da computação, informação e obras gerais

100 Filosofia	100	Filosofia e psicologia
200 Religião	200	Religião
300 Ciências sociais	300	Ciências sociais
400 Línguas	400	Linguagem e línguas
500 Ciências puras	500	Ciências naturais
600 Ciências aplicadas	600	Tecnologia (ciências aplicadas)
700 Artes	700	Artes
800 Literatura	800	Literatura e retórica
900 História e geografia	900	Geografia e história

Importa notar, entre uma versão e outra, que há recobrimentos, atualizações, inversões. Correções numa lista finita, mas de movimento infinito de combinação de números e também letras, como vimos em nossas análises. Um dínamo da classificação do saber. É nas bibliotecas que a CDD se atualiza e se realiza, de porta a porta, de estante a estante, de prateleira a prateleira.

Na página da Wikipédia do verbete Classificação Decimal de Dewey, registram-se críticas ao CDD:

SD7: A CDD é comumente utilizada em [bibliotecas públicas](#) e [escolares](#) ao redor do mundo. O esquema contém fortes distorções geográficas derivadas de sua origem no [século XIX](#): o [Norte da África](#) por exemplo ocupa de 961 a 965 enquanto o [restante do continente](#) somente de 966 a 969. É ainda mais tendencioso a favor do [cristianismo](#) em relação a outras [religiões](#), com a primeira ocupando a faixa 220-289 e todas as demais ficando apenas com 292 a 299. Versões recentes permitem que outra religião seja colocada na faixa 220-289 com o cristianismo restrito ao 298, mas este sistema é usado apenas por bibliotecas operadas por grupos religiosos não-cristãos, especialmente [judaicos](#). A CDD também tem sido criticada por seu tratamento da literatura (800). Uma vez que a prioridade é dada para o idioma, as literaturas nacionais ficam espalhadas. Por exemplo, a literatura canadense em inglês é classificada sob Inglês e Inglês Antigo (820), enquanto a literatura canadense em francês fica em Literaturas Francesas (840). A única exceção é a literatura estadunidense (American literature, 810), um reflexo da tendenciosidade anglo-americana inerente ao sistema. (WIKIPÉDIA, 2022)

A crítica é pertinentíssima, mas o CDD segue. Em seus furos e falhas, continua guiando o gesto duplo de classificação dos livros: antes de entrarem nas bibliotecas e depois de munir seus acervos. Não nos importa muito, neste ponto, que ela seja cortada diferentemente ou não. Nossa perspectiva é outra, voltando à questão de Pêcheux: “você

acreditam poder ficar assim à distância da adversidade que ameaça historicamente a memória e o pensamento?”. E encerramos também com Auroux:

(...) o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas. Com a gramatização – logo a escrita, depois a imprensa – e em grande parte graças a ela, constituíram-se *espaços/tempos de comunicação* cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramáticas. (AUROUX, 1992, p. 70)

E numa sociedade sem bibliotecas. Estar em bibliotecas é caminhar em listas temáticas que organizam o conhecimento letrado na palma da mão e ao alcance dos passos, mesmo numa instituição monumental. É estar dentro de um instrumento linguístico em que o sujeito anda em meio a relações semânticas de contiguidade, de irmanação, de pejoração, de centralidade. Em nome de serviços técnicos e praticidade. Mas sobretudo de universalidade. As listas que organizam o saber das bibliotecas atendem a um anseio de divisão internacional à la sistema de pesos e medidas. O conhecimento *precisa* ser seccionado de um modo padrão entre os Estados, para que cada qual (entre nações, sujeitos, instituições) entenda seu lugar, sua função, sua responsabilidade no sistema-mundo. Essa taxonomia mantém as bibliotecas, mas ficam as perguntas inevitáveis: a quem serve?; ao que serve?; precisamos mesmo de uma classificação universal dos livros?

Referências

AUROUX, Sylvain. *Barbarie et Philosophie*. Paris Cedex 14, France: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. “Listas de palavras, dicionários e enciclopédias”. Trad.: Sheila Elias de Oliveira. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 20. Campinas: Pontes Editores / Unicamp, 2008.

_____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BRONCKART, Jean-Paul. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Trad.: Anna Rachel Machado; Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad.: Jacqueline Léon; Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017 [2010].

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. Da omissão à divulgação: a biblioteca e o arquivo como práticas discursivas. *Ensaio Geral*, n. 1 (2021), p. 181-198.

D’ALEMBERT, Jean Le Rond. Dicionário, Vocabulário, Glossário (*Gramática, Sinônimos*). In: DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean Le Rond. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. V. 2: O sistema dos conhecimentos. Org.: Pedro Paulo Pimenta e Maria das Graças de Souza. Trad.: Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza e Luís Fernandes do Nascimento. São Paulo: Editora Unesp, 2015 [1754].

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. *Análise Cartográfica do Discurso: temas em construção*. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Trad.: Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [2000].

LOPES, Monclar. Encapsulamentos semânticos em perspectiva discursivo-funcional. *Anais do SILEL*. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

ORLANDI, Eni. Língua, Ética e Política. In: _____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. “Ler o arquivo hoje”. Trad.: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994 [1982].

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método [1977]. In: _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WIKIPÉDIA. Classificação Decimal de Dewey. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Classifica%C3%A7%C3%A3o_decimal_de_Dewey.

Acesso em 20 de agosto de 2022.